



UNIVERSIDADE FEDERAL RURA DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
CURSO DE LETRAS

PATRICIA DE SOUZA AMORIM

**VARIAÇÃO LEXICAL EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO
ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS, E RELAÇÃO COM O PRECONCEITO
LINGUÍSTICO**

SERRA TALHADA/PE

2026

PATRICIA DE SOUZA AMORIM

**VARIAÇÃO LEXICAL EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO
ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS, E RELAÇÃO COM O PRECONCEITO
LINGUÍSTICO**

**Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Letras português/inglês, da
Universidade Federal Rural de
Pernambuco (UFRPE), como requisito
parcial para obtenção do título de
Graduada em Letras português/inglês.**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lílian Noemia T.
Melo Guimarães

SERRA TALHADA/PE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Danilo Trindade Barbosa – CRB-4 002285/O

A524v Amorim, Patrícia de Souza.

Variação lexical em livros didáticos de língua portuguesa do ensino fundamental, anos finais e relação com o preconceito linguístico / Patrícia de Souza Amorim. – Serra Talhada, 2026.

43 f.; il.

Orientador(a): Lilian Noêmia Torres Guimarães.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica Serra Talhada - UAST, Licenciatura em Letras, Serra Talhada, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Livros didáticos. 2. Preconceito linguístico. 3. Variação lexical. I. Guimarães, Lilian Noêmia Torres, orient. II. Título

CDD 410

PATRICIA DE SOUZA AMORIM

**VARIAÇÃO LEXICAL EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO
ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS, E RELAÇÃO COM O PRECONCEITO
LINGUÍSTICO**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Letras português/inglês, da Universidade
Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),
como requisito parcial para obtenção do
título de Graduação em Letras
português/inglês.

Aprovado em: 28 / 05 / 2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lílian Noemia Torres de Melo Guimarães (UFRPE/UAST) (Orientadora)

Profa. Dra. Maria de Fátima Silva dos Santos (UFRPE/UAST)

(Examinador 1)

Prof. Dr. Cícero Kleandro Bezerra da Silva (UFCG)

(Examinador 2)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por sua infinita graça e orientação, e à minha família, pelo amor, apoio e incentivo constantes ao longo desta caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder saúde, força e determinação para superar os desafios enfrentados ao longo desta trajetória acadêmica.

À minha família, pelo amor, apoio e incentivo constantes, especialmente nos momentos de dificuldade, compreendendo minhas ausências e acreditando em minha capacidade de alcançar meus objetivos.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Lílian Noemia T. M. Guimarães, pela dedicação, paciência, orientações e contribuições acadêmicas fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos professores Maria de Fátima e Cícero Kleandro, membros da banca examinadora, pela leitura atenciosa deste trabalho, pelas observações, sugestões e contribuições que certamente colaboraram para o aprimoramento desta pesquisa.

Aos professores do Curso de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, pelos conhecimentos compartilhados ao longo da graduação e pela contribuição para minha formação acadêmica e profissional.

Aos colegas de curso e amigos, pelas trocas de experiências, pelo apoio e pela convivência durante essa importante etapa da minha vida.

À instituição e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, meu sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho analisa o tratamento da variação lexical em livros didáticos de Língua Portuguesa destinados aos anos finais do Ensino Fundamental, com foco na identificação de possíveis indícios de preconceito linguístico. Parte-se do pressuposto de que a linguagem constitui uma prática social heterogênea, marcada pela diversidade, e que a escola exerce papel fundamental tanto na reprodução quanto no enfrentamento das diversidades linguística. Nesse contexto, o livro didático, como principal instrumento pedagógico, influencia diretamente a construção de concepções de língua e a formação dos estudantes. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, com apoio quanti-descritivo para fins comparativos. O *corpus* é composto pelo livro *Português: Linguagens*, do 9º ano, amplamente utilizado na rede pública de ensino. O estudo fundamenta-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Educacional, que compreendem a variação como constitutiva da língua e rejeitam a supremacia da norma-padrão como única forma legítima de uso linguístico. Os resultados evidenciam que, embora o material reconheça a diversidade linguística e apresente exemplos de variação lexical, cuja abordagem ainda ocorre de forma pontual e pouco aprofundada. Observa-se a persistência de práticas que associam variação a erro ou que subordinam variedades populares à norma de prestígio, ainda que de maneira implícita. Por outro lado, identificam-se propostas que valorizam a adequação linguística e incentivam reflexões sobre preconceito linguístico. Conclui-se que o livro didático pode tanto reproduzir quanto combater o preconceito linguístico, a depender das concepções de linguagem que orientam sua elaboração e uso pedagógico. Destaca-se, portanto, a necessidade de uma mediação docente crítica e da produção de materiais que tratem a variação lexical como direito linguístico e ampliação de repertório, contribuindo para uma educação mais inclusiva, democrática e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Livro Didático, Preconceito Linguístico e Variação Lexical.

ABSTRACT

This study analyzes the treatment of lexical variation in Portuguese language textbooks intended for the final years of Elementary Education, focusing on the identification of possible indications of linguistic prejudice. It is based on the assumption that language constitutes a heterogeneous social practice marked by diversity and that schools play a fundamental role both in the reproduction and in the confrontation of linguistic prejudice. In this context, the textbook, as a major pedagogical tool, directly influences the construction of conceptions about language and the education of students. The research is characterized as qualitative, documentary in nature, with quantitative-descriptive support for comparative purposes. The corpus consists of the textbook *Português: Linguagens*, used in public schools. The study is grounded in Variationist Sociolinguistics and Educational Sociolinguistics, which understand variation as an inherent feature of language and reject the supremacy of the standard norm as the only legitimate form of linguistic use. The results show that, although the material recognizes linguistic diversity and presents examples of lexical variation, the treatment of linguistic variation remains limited and insufficiently explored. It was also observed that some practices still associate variation with error or subordinate non-standard varieties to prestigious norms, even if implicitly. Therefore, the study highlights the need for pedagogical approaches that value linguistic diversity and contribute to reducing linguistic prejudice in the school environment.

Keywords: Textbook, Linguistic Prejudice, Lexical Variation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Variação lexical em livro didático	32
Figura 2 – Atividade sobre variação linguística	33
Figura 3 – Variação linguística presente em livro didático	34
Figura 4 – Atividade de adequação à norma-padrão	34
Figura 5 – Adequação da linguagem ao contexto	36
Figura 6 – Variações regionais no léxico	36
Figura 7 – Atividade de adequação à norma-padrão	38
Figura 8 – Atividade sobre oralidade e variação linguística	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO BRASILEIRO: concepções e funções.....	14
1.1. O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	16
2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO: considerações debates.....	19
2.1. VARIAÇÃO LEXICAL: DISCUTINDO O ASSUNTO.....	20
2.2. O QUE É PRECONCEITO LINGUÍSTICO E COMO ELE OPERA?.....	21
2.3. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS: do combate ao preconceito à ampliação de repertórios.....	22
3 METODOLOGIA.....	25
3.1. <i>CORPUS</i> E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.....	26
3.2 DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	28
3.3. COLETA DOS DADOS.....	29
3.4 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS.....	31
4 A VARIAÇÃO LEXICAL NOS LIVROS DIDÁTICOS: análises.....	32
4.1. APRESENTAÇÃO DA VARIAÇÃO LEXICAL.....	32
4.2. VALORIZAÇÃO OU ESTIGMATIZAÇÃO DAS VARIEDADES LINGUISTICAS.....	33
4.3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DA LINGUAGEM.....	35
4.4. PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	38
4.5. SÍNTESE ANALÍTICA.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

A língua é um dos pilares da constituição da identidade individual e coletiva. Por meio dela, os sujeitos expressam suas ideias, sentimentos, valores e pertencimento a determinados grupos sociais. No contexto educacional, a linguagem assume papel central não apenas como instrumento de comunicação, mas também como objeto de ensino, elemento de mediação do conhecimento e reflexo das normas sociais vigentes. É nesse cenário que o presente trabalho se insere, propondo-se a investigar o tratamento da variação lexical nos livros didáticos de Língua Portuguesa utilizados no Ensino Fundamental em Anos Finais, com especial atenção ao debate sobre o preconceito linguístico nessas abordagens.

O preconceito linguístico se manifesta, de maneira sutil e, por vezes, naturalizada na sociedade brasileira, atingindo principalmente os falantes das variantes não prestigiadas da língua portuguesa. As variedades populares, regionais e sociais, frequentemente associadas à ignorância, ao atraso ou à falta de instrução, são desvalorizadas em detrimento da norma-padrão, que é tomada como a única forma legítima de uso linguístico. No ambiente escolar, essa visão excludente da linguagem se reproduz por meio de práticas pedagógicas e materiais didáticos que, ao invés de promover a valorização da diversidade linguística, acabam por reforçar estigmas e desigualdades históricas.

Dentre os instrumentos que mais influenciam a construção da visão de mundo dos estudantes, destacam-se os livros didáticos. Eles não apenas organizam o conteúdo curricular, mas também expressam ideologias, discursos e representações sociais sobre os temas que abordam. No que se refere à oralidade, muitas obras ainda tratam essa modalidade de uso da língua como um apêndice da escrita, uma forma “inferior” de expressão ou um simples degrau rumo ao domínio do padrão escrito. Essa perspectiva ignora o caráter complexo, legítimo e dinâmico da linguagem oral, além de desconsiderar as competências comunicativas desenvolvidas pelos estudantes em seus contextos sociais cotidianos.

Além disso, desvaloriza as variações linguísticas presentes na fala,

especialmente as variações lexicais e diatópicas, que se manifestam nas diferentes regiões do país. As variações diatópicas dizem respeito às diferenças linguísticas relacionadas ao espaço geográfico, como o uso de palavras e expressões típicas de determinadas localidades. Já as variações lexicais evidenciam a diversidade vocabular existente entre grupos sociais distintos, refletindo identidades culturais e históricas.

Ao ignorar essas variações, reforça-se uma visão homogênea e normativa da língua, que privilegia o padrão escrito em detrimento das formas legítimas de expressão oral. Reconhecer a oralidade e suas variações é, portanto, reconhecer a língua como fenômeno social, heterogêneo e em constante transformação. Diante desse cenário, torna-se fundamental analisar criticamente o modo como os livros didáticos de Língua Portuguesa abordam a variação lexical (especialmente as variações diatópica e social) e verificar se, ao fazê-lo, contribuem para o combate ao preconceito linguístico ou para sua perpetuação.

Essa investigação se mostra especialmente relevante no contexto da educação pública brasileira, onde o livro didático é, muitas vezes, o principal recurso utilizado em sala de aula. Como apontam Bagno (2007) e Franchi (2006), o preconceito linguístico é frequentemente reforçado por práticas escolares que idealizam uma norma culta única e desconsideram a legitimidade das variedades linguísticas dos alunos. Compreender as representações de linguagem presentes nessas obras é, portanto, um passo importante na construção de uma educação linguística mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida. Nesse sentido, Soares (2004) defende que a escola deve promover uma formação crítica, que permita ao estudante refletir sobre a língua como instrumento social e político, e não apenas como um código normativo.

A delimitação deste trabalho volta-se, especificamente, para os livros didáticos adotados no Ensino Fundamental em Anos Finais, buscando identificar de que modo as variações lexicais são abordadas em diferentes seções das obras, como nas propostas de uso da língua, nas atividades propostas e nos textos selecionados. As perguntas que norteiam esta pesquisa são: Como a variação lexical é apresentada nos livros didáticos de Língua Portuguesa? Há indícios de preconceito linguístico no modo como

essa variação é tratada? De que maneira esses livros contribuem para a valorização ou estigmatização das variações regionais e sociais?

O objetivo geral do trabalho é analisar o tratamento dado à variação lexical em livros didáticos de Língua Portuguesa, com ênfase na identificação de práticas que possam evidenciar o preconceito linguístico.

Este estudo encontra respaldo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que orienta o ensino da Língua Portuguesa com foco no desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes, contemplando a oralidade como uma das práticas de linguagem a ser desenvolvida em situações reais de uso. A BNCC reconhece que a linguagem é prática social e que, portanto, deve ser ensinada em sua pluralidade, levando em consideração as diferentes formas de expressão presentes no cotidiano dos estudantes. Ainda assim, é possível observar uma distância entre o que propõem os documentos oficiais e o que efetivamente é praticado nas escolas, especialmente no que se refere ao respeito às variedades linguísticas dos alunos.

A relevância da pesquisa está em promover uma reflexão crítica sobre os materiais didáticos utilizados na educação básica, destacando a necessidade de uma abordagem que reconheça a multiplicidade das práticas linguísticas e combata as formas sutis de discriminação que operam no cotidiano escolar. Ao discutir as variações lexicais e o preconceito linguístico presente nos livros didáticos, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento de uma pedagogia linguística que valorize a diversidade, respeite os falares populares e compreenda a linguagem como prática social marcada por contextos, usos e identidades. Com isso, espera-se colaborar para a construção de um ensino de Língua Portuguesa mais inclusivo, dialógico e atento às necessidades reais dos sujeitos que o vivenciam.

Com base no exposto, este trabalho está organizado em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda o livro didático no contexto brasileiro, discutindo suas concepções e funções. A segunda seção trata da variação linguística e do preconceito linguístico, apresentando seus principais conceitos e debates teóricos. A terceira seção descreve a metodologia da pesquisa, incluindo o corpus e os critérios de análise. Por fim, a quarta seção apresenta a análise do tratamento

da variação lexical nos livros didáticos.

1. O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO BRASILEIRO: CONCEPÇÕES E FUNÇÕES

Esta seção analisa o livro didático (LD) de Língua Portuguesa como eixo estruturador das práticas de ensino no Brasil, articulando concepções de linguagem, funções pedagógicas e políticas públicas (PNLD/BNCC). Pode-se afirmar que o LD atua como guia pedagógico tanto para alunos quanto para professores, funcionando como um recurso de referência que padroniza experiências escolares em diferentes regiões do país. Essa função ganha ainda mais relevância em contextos marcados por desigualdades sociais e pela escassez de outros materiais didáticos, já que o livro assegura uma base mínima de conteúdos e metodologias a serem trabalhados. Assim, ele não apenas transmite conhecimentos, mas também constrói práticas de ensino e orienta a forma como a língua é compreendida, ensinada e vivenciada na escola.

Em sistemas educacionais marcados por desigualdades, sua relevância torna-se ainda maior, especialmente nas redes públicas, nas quais o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) assegura acesso e padroniza critérios mínimos de qualidade, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018).

Sob a perspectiva histórica e pedagógica, o livro didático (LD) desempenha múltiplas funções no contexto escolar: (I) curricular, ao selecionar conteúdos e organizar a progressão das aprendizagens; (II) metodológica, ao propor gêneros textuais, sequências didáticas e encaminhamentos pedagógicos; (III) avaliativa, ao apresentar atividades e instrumentos de verificação da aprendizagem; (IV) formativa, ao oferecer subsídios teóricos e orientações ao professor; e (V) cultural e discursiva, ao selecionar temas, discursos e representações que circulam no espaço escolar. Na prática cotidiana, especialmente em realidades marcadas por limitações de tempo para planejamento e por fragilidades na formação continuada, o livro didático tende a assumir papel estruturante no trabalho docente. Isso amplia sua influência sobre as práticas pedagógicas e, conseqüentemente, sobre as oportunidades

de aprendizagem oferecidas aos estudantes.

Desse modo, em primeiro lugar, pode-se dizer que o livro didático é instrumento de prescrição curricular: seleciona conteúdos, ordena progressões e propõe metas de aprendizagem (Soares, 2002). Em segundo, é dispositivo metodológico: oferece sequências didáticas, gêneros e tarefas, tornando palpáveis certas teorias de ensino (Dolz; Schneuwly, 2004). Em terceiro, é objeto cultural em si, pois compila vozes, textos e imagens que recortam o mundo e constroem sentidos sobre temas e identidades (Chartier, 1990).

Na prática cotidiana, sobretudo em contextos com pouco tempo de planejamento e carência de formação continuada, o LD estrutura o trabalho docente, o que aumenta seu impacto sobre as oportunidades de aprendizagem (Soares, 2002). Isso acontece porque, ao seguir o livro, o professor encontra uma espécie de “roteiro prévio”, com atividades, textos e propostas que organizam sua rotina de ensino. Em escolas onde os docentes dispõem de pouco espaço para criar materiais próprios, o LD se torna não apenas um recurso de apoio, mas o ponto de partida para a construção das aulas.

Dessa forma, o impacto sobre as oportunidades de aprendizagem dos estudantes é significativo: quando o professor depende fortemente do livro, os conteúdos, os gêneros e os exercícios selecionados pelo manual definem quais experiências os alunos terão acesso. Em consequência, o LD pode garantir certa homogeneidade no ensino da Língua Portuguesa em todo o país, mas também pode limitar a diversidade de práticas pedagógicas, caso não haja complementações e adaptações. Essa característica reforça a necessidade de uma mediação crítica do professor, que deve usar o livro como referência, mas sem abrir mão de adequá-lo às realidades locais, aos interesses dos alunos e às demandas da BNCC.

Ao analisar o livro didático de maneira crítica, é importante reconhecer que ele não é neutro: todo manual traz embutidas concepções de linguagem e de ensino que orientam a forma como os conteúdos são apresentados. Essas concepções influenciam diretamente a seleção dos textos, a formulação das atividades e os critérios de avaliação, moldando as experiências de aprendizagem que chegam aos estudantes. Nesse sentido, compreender quais visões de língua atravessam os livros didáticos é um passo essencial para interpretar as práticas pedagógicas que deles derivam.

1.1. O LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O livro didático (LD) de Língua Portuguesa ocupa lugar central na cultura escolar brasileira. Mais do que um simples conjunto de conteúdos, ele organiza tempos, práticas e expectativas acerca do que deve ser ensinado e aprendido em cada etapa da escolaridade. Ao apresentar sequências de atividades, textos de diferentes gêneros, propostas de avaliação e orientações metodológicas, o LD materializa determinadas concepções de linguagem, de ensino e de formação do sujeito. Dessa forma, atua como mediador das práticas pedagógicas, influenciando diretamente os modos como a leitura, a escrita e a oralidade são abordados em sala de aula.

As concepções de linguagem que atravessam os manuais ajudam a explicar os modos como as atividades são organizadas. Em um polo, prevalece uma abordagem centrada na correção normativa e em exercícios descontextualizados; em outro, inspirada em perspectivas sociointeracionistas, a linguagem é compreendida como prática social, e os gêneros do discurso passam a orientar a ação pedagógica (Bakhtin, 2003). A BNCC reforça essa segunda orientação ao propor a integração entre oralidade, leitura/escuta, escrita e análise linguística/semiótica, enfatizando situações reais de uso, critérios claros de avaliação e atenção à adequação de registros e variedades linguísticas (Brasil, 2018).

Apesar desse direcionamento, estudos sobre práticas escolares indicam que a oralidade ainda tende a ocupar posição secundária no planejamento didático, frequentemente subordinada à escrita ou limitada a atividades de exposição oral sem objetivos comunicativos definidos e sem critérios explícitos de acompanhamento.

Ao mesmo tempo, o livro didático é um artefato cultural e discursivo: não apenas “reflete” a realidade, mas constrói narrativas sobre ela ao selecionar textos, imagens e atividades. Segundo Fairclough (2001), essas escolhas discursivas estão sempre atravessadas por relações de poder, podendo naturalizar determinadas visões de mundo.

O livro didático não apenas transmite conhecimentos, mas também influencia a forma como a língua é compreendida e ensinada na escola. Nesse contexto, a seleção de textos, atividades e exemplos pode contribuir tanto para

a valorização quanto para a desvalorização das diferentes variedades linguísticas presentes na sociedade. Conforme Bagno (1999), quando determinadas formas de falar são tratadas como incorretas ou inferiores, reforçam-se práticas de preconceito linguístico que afetam diretamente os falantes dessas variedades.

No âmbito da Língua Portuguesa, isso se expressa, por exemplo, quando o material privilegia exclusivamente a variedade de prestígio e transforma outras variedades em “erros” a corrigir. Bagno (1999) problematiza esse fenômeno ao mostrar como o preconceito linguístico se alimenta dessa visão limitada de língua. Complementarmente, Bortoni-Ricardo (2004) defende que o ensino deve considerar o princípio da adequação ao contexto de uso, reconhecendo a legitimidade das variedades. Em contrapartida, há boas práticas quando o LD explicita a diversidade linguística, propõe gêneros orais variados e adota rubricas de avaliação que contemplem planejamento, argumentação, escuta e multimodalidade.

O cenário contemporâneo acrescenta o desafio dos multiletramentos e das mídias digitais: plataformas, vídeos, hipertextos, podcasts e redes sociais reconfiguram os modos de produzir, circular e interpretar textos, exigindo do livro didático um papel que ultrapasse a mera digitalização de conteúdos. Nesse contexto, o LD passa a atuar como mediador e organizador de práticas de linguagem que dialogam com diferentes linguagens e suportes, promovendo o desenvolvimento de competências críticas frente aos ambientes digitais.

Diante desse quadro, espera-se que o manual ofereça orientações que auxiliem o professor na transposição didática das práticas sociais de linguagem para contextos digitais, além de propor atividades que simulem situações reais de comunicação, inclusive orais, com definição clara de papéis sociais, públicos-alvo e objetivos comunicativos.

Tal perspectiva relaciona-se diretamente ao reconhecimento da variação linguística como um fenômeno natural e inerente às línguas, uma vez que diferentes práticas comunicativas mobilizam diferentes variedades linguísticas, adequadas aos contextos de uso, aos interlocutores e às finalidades comunicativas. Nesse sentido, ao considerar a diversidade de usos linguísticos presentes nas interações sociais e digitais, o manual pode contribuir para a valorização das variedades linguísticas e para o combate a visões

preconceituosas acerca da língua.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO: CONSIDERAÇÕES E DEBATES

A variação linguística é um fenômeno natural e inerente a todas as línguas, resultante do fato de que a linguagem é utilizada por diferentes grupos sociais, em contextos variados e ao longo do tempo. Isso significa que não existe uma única forma “correta” de falar, mas sim diferentes maneiras de usar a língua, que atendem a necessidades comunicativas específicas. Essas variações refletem aspectos culturais, históricos e sociais dos falantes, constituindo parte essencial da identidade linguística de cada comunidade. Nesse sentido, a língua deve ser compreendida como dinâmica, heterogênea e em constante transformação, e não como um sistema fixo e homogêneo.

A variação se manifesta em diferentes planos, entrelaçando-se em práticas de linguagem situadas (Travaglia, 2009;). Costuma-se distinguir quatro eixos principais:

- Variação diatópica (regional): marcas fonéticas, lexicais e sintáticas associadas a territórios (ex.: *guri/menino*, *bergamota/mexerica*; realização do /s/ pós-vocálico como [s]/[ʃ] no Sudeste, do /r/ em coda como [h]/[x]/∅ em capitais do litoral; prosódias típicas do Nordeste e do Sul);
- Variação diastrática (social): relacionada à escolarização, profissão, faixa etária, gênero, raça/etnia e pertencimentos comunitários (Tarallo, 1985).
- Variação diafásica (estilística): ajustes de registro e estilo conforme propósito, público e canal (formal/informal; aula, palestra, conversa cotidiana) (Mollica; Braga, 2003).
- Variação diamésica (meio): diferenças motivadas pelo suporte (fala face a face, áudio de WhatsApp, mensagem instantânea, carta, podcast, live etc.), incluindo recursos de multimodalidade (entonação, gestos, emojis, hiperlinks).

A variação linguística constitui um fenômeno inerente às línguas naturais e é objeto de estudo da Sociolinguística, área da Linguística que investiga as relações entre língua e sociedade. De modo mais específico, a Sociolinguística

Variacionista dedica-se à análise sistemática das diferentes variantes linguísticas, considerando os fatores sociais e estruturais que condicionam seu uso.

Nesse sentido, a Sociolinguística Variacionista demonstra que a alternância entre variantes é regrada por condicionamentos linguísticos e sociais, e que a frequência relativa dessas variantes pode sinalizar mudança em curso (Labov, 1994). Além da dimensão estatística, abordagens de estilo e indexicalidade evidenciam que escolhas linguísticas sinalizam identidades, posicionamentos e filiações às comunidades de fala (Eckert, 2012). Em vez de desvios, as variantes compõem repertórios expressivos e funcionais, ativados conforme o contexto e o projeto de dizer.

A elevação da norma-padrão ao estatuto de “língua” (única, estável e correta) é efeito de ideologias linguísticas que vinculam prestígio social a certos modos de dizer (Faraco, 2008). Na escola, essa ideologia costuma se traduzir em (a) redução da linguagem a correção gramatical abstrata, (b) desconsideração da adequação ao contexto, e (c) naturalização de hierarquias entre variedades (Bortoni-Ricardo, 2004).

Bourdieu (1998) descreve a “violência simbólica” pelo qual o mercado linguístico legitima uma variedade como capital, convertendo diferenças em desigualdades. No Brasil, a variedade urbana culto-escolar ocupa tal posição, e seu domínio é diferencialmente distribuído segundo classe, raça e região (Bagdo, 1999; Faraco, 2008). A crítica sociolinguística não nega a utilidade da norma-padrão, mas recusa sua absolutização: trata-se de um recurso a ser ensinado como ampliação de repertório, e não como apagamento de identidades.

A Sociolinguística mostrou que a variação é constitutiva da língua e regular em sua distribuição social (Labov, 1972). No Brasil, a convivência de múltiplas variedades (regionais, urbanas, juvenis, populares) desafia abordagens normativas que absolutizam uma única forma de prestígio. Nos livros didáticos, esse quadro traz riscos importantes. Muitas vezes, exemplos de fala populares são apresentados de forma ridicularizada ou apenas como “erros a corrigir”. Em outros casos, a noção de correção apaga o princípio de adequação, isto é, aquilo que é apropriado para determinado gênero, situação e público. Também é comum que o debate sobre preconceito linguístico seja

omitido, o que acaba por reproduzir associações entre variedade e valor social, perpetuando estigmas (Bagno, 1999).

2.1. VARIAÇÃO LEXICAL: DISCUTINDO O ASSUNTO

A variação lexical refere-se às diferentes formas de nomear um mesmo objeto, ação ou conceito, de acordo com fatores sociais, culturais e regionais. Trata-se de um fenômeno comum em todas as línguas naturais e que evidencia a diversidade linguística presente em uma comunidade de fala. No contexto brasileiro, essa variação é bastante expressiva, uma vez que diferentes regiões utilizam vocábulos distintos para designar uma mesma realidade, como ocorre com as palavras “mandioca”, “macaxeira” e “aipim”.

Essa diversidade lexical não representa erro ou inadequação, mas sim a riqueza cultural e histórica da língua, uma vez que cada variante carrega marcas da identidade dos grupos que a utilizam. De acordo com a perspectiva da Sociolinguística Educacional, todas as formas de expressão são legítimas dentro de seus contextos de uso, devendo ser compreendidas a partir de seus condicionamentos sociais e comunicativos (Bagno, 1999).

No entanto, no ambiente escolar, a variação lexical nem sempre é tratada de forma adequada. Em muitos casos, as diferentes formas de nomeação são ignoradas ou apresentadas como desvios da norma-padrão, o que pode contribuir para a reprodução do preconceito linguístico. Essa postura desconsidera o princípio da adequação, segundo o qual a escolha lexical deve estar relacionada ao contexto comunicativo, ao interlocutor e ao gênero discursivo.

Dessa forma, torna-se fundamental que o ensino de Língua Portuguesa reconheça e valorize a variação lexical como parte constitutiva da língua, promovendo o respeito à diversidade linguística e contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seus usos linguísticos. Essa consciência linguística permite que preconceitos linguísticos existentes na sociedade sejam repensados e, sobretudo, reavaliados, de modo a contribuírem para sua gradual superação. Nesse sentido, essa discussão abre caminho para a próxima seção, na qual será abordada a fundamentação sobre o preconceito linguístico e suas implicações no contexto educacional.

2.2. O QUE É PRECONCEITO LINGUÍSTICO E COMO ELE OPERA?

Preconceito linguístico é a desqualificação moral, intelectual ou estética do falante em função de sua variedade ou uso linguístico. Ele opera por diferentes mecanismos (Bagdo 1999);

- Estigmatização: associar falares populares/regionais à “ignorância” ou “preguiça mental”.
- Hipercorreção normativa: transformar toda prática de linguagem em prova de correção, descolada de contexto de uso e propósito comunicativo.
- Silenciamento: evitar ou ridicularizar vozes e repertórios em materiais didáticos e mídias; apagar a diversidade.
- Confusão entre erro e variação: taxar como “erro” variantes sistemáticas (ex.: concordância variável, pronominalizações regionais) que têm valor discursivo e distribuição social regular (Tarallo, 1985).
- Gatekeeping escolar: usar a norma como filtro de inclusão/exclusão, em vez de mediação para mobilidade comunicativa.

Os efeitos destes tipos de preconceito linguístico são pedagógicos e subjetivos, pois ocasionam desengajamento de alunos, autorrepressão de repertórios, autodesvalorização e, em última instância, restrição de acesso a bens simbólicos e materiais mediados pela linguagem (Bortoni-Ricardo, 2004).

No tocante à temática do preconceito linguístico, observa-se uma frequente confusão entre erro e variação linguística, na medida em que variantes sistemáticas, como a concordância variável e as pronominalizações regionais, são classificadas como “erro”, desconsiderando seu valor discursivo e sua distribuição social regular (Tarallo, 1985). Tal prática reforça visões normativas da língua, que deslegitimam formas de expressão associadas a determinados grupos sociais.

Nesse contexto, o preconceito linguístico manifesta-se como uma forma de discriminação social, uma vez que a linguagem está diretamente relacionada à identidade dos sujeitos. Ao desvalorizar determinadas variedades linguísticas, a escola acaba por reforçar desigualdades, marginalizando alunos que não dominam a norma-padrão e contribuindo para a exclusão simbólica desses indivíduos.

Outro aspecto relevante é o chamado *gatekeeping* escolar, no qual a

norma-padrão é utilizada como mecanismo de inclusão ou exclusão, em vez de ser trabalhada como ferramenta de ampliação da competência comunicativa. Essa prática pode gerar impactos negativos no processo de aprendizagem, como o desinteresse dos alunos, a inibição da participação em sala de aula e a desvalorização de suas próprias formas de expressão.

Os efeitos desse processo são tanto pedagógicos quanto subjetivos, resultando em desengajamento escolar, repressão dos repertórios linguísticos e diminuição da autoestima dos estudantes. Em última instância, tais práticas contribuem para restringir o acesso a bens simbólicos e materiais mediados pela linguagem, reforçando desigualdades sociais já existentes (Bortoni-Ricardo, 2004).

Dessa forma, torna-se fundamental que a escola adote uma postura crítica diante do preconceito linguístico, promovendo o reconhecimento da diversidade linguística como um direito e valorizando as diferentes formas de expressão dos alunos. Isso implica compreender a norma-padrão não como única forma legítima de uso da língua, mas como uma entre várias possibilidades, que deve ser ensinada sem deslegitimar as demais.

2.3. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS: DO COMBATE AO PRECONCEITO À AMPLIAÇÃO DE REPERTÓRIOS

De acordo com referenciais teóricos da área da Linguística Aplicada e do ensino de Língua Portuguesa, emergem princípios que podem orientar a organização das práticas pedagógicas, especialmente no que se refere ao enfrentamento do preconceito linguístico e à valorização da diversidade linguística. Alguns princípios podem ser observados no próximo parágrafo.

O ensino explícito de gêneros textuais constitui um importante princípio para o desenvolvimento das práticas pedagógicas no ensino de Língua Portuguesa, pois possibilita aos estudantes compreenderem os diferentes usos sociais da linguagem em situações reais de comunicação. Dessa forma, o planejamento de atividades como debates, seminários, podcasts e entrevistas contribui para a ampliação das competências discursivas e comunicativas dos alunos, favorecendo a interação, a argumentação e a multimodalidade no contexto escolar (Bakhtin, 2016).

Outro princípio relevante refere-se à noção de adequação linguística, deslocando a visão tradicional centrada no “certo” e “errado” para uma perspectiva que considera o contexto, o gênero textual, o propósito comunicativo e o público envolvido. Assim, o ensino da língua passa a valorizar os diferentes usos linguísticos, reconhecendo a diversidade da fala e da escrita como elementos legítimos da comunicação humana (Bagno, 2007).

A variedade de prestígio deve ser compreendida como um recurso de inserção social e circulação em diferentes espaços comunicativos, e não como instrumento de desvalorização das variedades populares. Nesse sentido, o ensino da norma-padrão precisa ocorrer de maneira crítica e reflexiva, respeitando os repertórios linguísticos dos estudantes e promovendo o reconhecimento da diversidade cultural e linguística presente na sociedade brasileira (Marcuschi, 2008).

O livro didático desempenha papel fundamental na seleção e organização dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Nesse contexto, torna-se essencial analisar de que maneira as atividades propostas abordam a diversidade linguística e contribuem para a formação de uma consciência crítica acerca das diferentes variedades da língua portuguesa. Ao valorizar a pluralidade linguística presente na sociedade brasileira, o material didático pode favorecer práticas pedagógicas mais inclusivas e combater manifestações de preconceito linguístico.

A avaliação formativa constitui outro elemento essencial das práticas pedagógicas, uma vez que prioriza critérios transparentes e focados na qualidade discursiva, como clareza, pertinência e argumentação, além de aspectos relacionados à ética comunicativa, ao respeito e à responsabilidade no uso da linguagem. Nessa perspectiva, a avaliação deixa de possuir apenas caráter classificatório e passa a contribuir efetivamente para o processo de aprendizagem dos estudantes (Luckesi, 2011).

Por fim, os princípios de acessibilidade e inclusão tornam-se fundamentais para garantir a participação de todos os estudantes nos processos educativos. Assim, o uso de Libras, tecnologias assistivas, recursos de acessibilidade e estratégias fundamentadas no desenho universal da aprendizagem favorecem práticas pedagógicas mais inclusivas, democráticas e comprometidas com o direito à educação e à diversidade linguística e cultural

(Mantoan, 2003).

Diante desses princípios, torna-se fundamental analisar de que forma tais orientações se materializam nos livros didáticos de Língua Portuguesa, especialmente no que diz respeito ao tratamento da variação lexical e à presença (ou ausência) de práticas que valorizem a diversidade linguística. Assim, na seção seguinte, serão discutidas as implicações desses pressupostos para o ensino e para a análise crítica dos livros didáticos.

Os princípios da Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Educacional permitem compreender que o ensino de Língua Portuguesa deve ir além de uma perspectiva normativa, incorporando práticas que valorizem a diversidade linguística e promovam a equidade no ambiente escolar. Nesse sentido, tais pressupostos contribuem para refletir sobre o papel dos livros didáticos enquanto instrumentos mediadores do processo de ensino e aprendizagem.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível problematizar como os materiais didáticos abordam a variação linguística, especialmente no que se refere à distinção entre erro e variação, à valorização da oralidade como prática social e à presença de diferentes gêneros discursivos. Além disso, é relevante considerar se esses materiais favorecem a compreensão da adequação linguística em diferentes contextos de uso, bem como se contribuem para evitar a reprodução de estigmas associados a determinadas variedades.

Outro aspecto importante diz respeito à forma como os livros didáticos representam a diversidade linguística e social, seja por meio de textos, imagens ou exemplos. A visibilidade de diferentes sujeitos e formas de expressão constitui elemento fundamental para a construção de uma educação linguística inclusiva, que reconheça a língua como prática social heterogênea e dinâmica.

Nesse contexto, a avaliação das práticas de linguagem também deve ser compreendida para além da noção restrita de correção, incorporando critérios relacionados à interação, à construção de sentidos, à coesão discursiva e à adequação aos diferentes gêneros e situações comunicativas. Assim, o ensino de Língua Portuguesa deve favorecer o desenvolvimento de competências que permitam aos estudantes transitar entre diferentes esferas sociais, mobilizando seus repertórios linguísticos de forma crítica e consciente.

Dessa forma, tais pressupostos não apenas fundamentam uma prática pedagógica mais inclusiva, como também sustentam uma reflexão crítica sobre os livros didáticos, evidenciando a importância de materiais que contribuam para o enfrentamento do preconceito linguístico. Nesse sentido, compreender o tratamento da variação lexical nesses materiais torna-se essencial para analisar em que medida eles promovem a valorização da diversidade linguística e a formação de sujeitos críticos, evitando a reprodução de visões normativas e excludentes da língua.

3. METODOLOGIA

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental, uma vez que se fundamenta na análise de materiais já produzidos, no caso, livros didáticos de Língua Portuguesa. A pesquisa documental, conforme aponta Antônio Carlos Gil (2008), caracteriza-se pela utilização de fontes primárias que ainda não passaram por tratamento analítico, possibilitando ao pesquisador interpretar, descrever e compreender fenômenos a partir de registros já existentes. Nesse sentido, os livros didáticos constituem documentos relevantes, pois materializam concepções de língua, ensino e práticas pedagógicas que circulam no contexto educacional.

Além disso, a abordagem qualitativa, segundo Minayo (2001), permite a compreensão aprofundada de fenômenos sociais, culturais e simbólicos, sendo especialmente adequada para estudos que envolvem linguagem, práticas discursivas e processos educativos. Tal abordagem não se preocupa com a quantificação de dados, mas com a interpretação dos significados, das relações e das representações presentes nos materiais analisados. Dessa forma, possibilita examinar criticamente como a variação lexical é tratada nos livros didáticos e quais implicações esse tratamento pode ter para o ensino de Língua Portuguesa.

O objetivo desta pesquisa é analisar o tratamento dado à variação lexical em livros didáticos de Língua Portuguesa, com ênfase na identificação de práticas que possam evidenciar ou combater o preconceito linguístico, especialmente no contexto dos anos finais do Ensino Fundamental. Busca-se, portanto, compreender não apenas a presença da variação lexical nesses

materiais, mas também a forma como ela é abordada, interpretada e didatizada no contexto escolar.

Para a realização da pesquisa, toma-se como norte os seguintes questionamentos: Como a variação lexical é apresentada nos livros didáticos de Língua Portuguesa? Há indícios de preconceito linguístico no modo como essa variação é tratada? De que maneira esses livros contribuem para a valorização ou para a estigmatização das variedades linguísticas regionais e sociais? Tais questões orientam o percurso investigativo e fundamentam as escolhas metodológicas adotadas ao longo do estudo.

Para responder a esses questionamentos, foi delineada uma metodologia estruturada em quatro subseções complementares e interdependentes: (3.1) *Corpus* e critérios de seleção, na qual são apresentados os materiais que compõem o objeto de análise e os critérios utilizados para sua escolha; (3.2) Descrição do *corpus*, destinada à caracterização geral da obra analisada e de sua organização didática; (3.3) Procedimentos de coleta de dados, que detalham as etapas de identificação e seleção dos excertos relevantes para a investigação; e (3.4) Procedimentos de análise dos dados, em que se explicitam os critérios analíticos utilizados para interpretar os dados coletados.

Essa organização metodológica busca garantir rigor científico, coerência interna e clareza na exposição dos procedimentos adotados, permitindo a compreensão do percurso da pesquisa e, talvez, base para a realização de estudos futuros. Além disso, ao articular teoria e método, a investigação pretende contribuir para reflexões mais amplas acerca do ensino de Língua Portuguesa e do papel dos livros didáticos na construção de uma educação linguística crítica, inclusiva e socialmente comprometida.

3.1. CORPUS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O *corpus* da pesquisa é constituído por livros didáticos de Língua Portuguesa destinados aos anos finais do Ensino Fundamental, aprovados no ciclo vigente do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à época da coleta. A escolha por materiais vinculados ao PNLD justifica-se pelo fato de esse programa representar a principal política pública de distribuição de livros

didáticos no Brasil, sendo responsável por selecionar, avaliar e disponibilizar obras que orientam, em larga escala, as práticas pedagógicas nas escolas públicas. Dessa forma, os livros aprovados pelo PNLD exercem papel central na mediação do ensino e na construção de concepções de língua e de aprendizagem.

Para a definição do *corpus*, foram adotados os seguintes critérios:

- a) obra aprovada pelo PNLD e amplamente distribuída na rede pública de ensino, assegurando relevância social e alcance educacional;
- b) disponibilidade do volume completo, em formato impresso ou digital, possibilitando o acesso integral ao material para análise detalhada;
- c) presença de seções, atividades e textos que abordassem a variação linguística, com ênfase na variação lexical, elemento central desta investigação.

A adoção desses critérios visou garantir a seleção de um *corpus* representativo, pertinente e alinhado aos objetivos da pesquisa, permitindo examinar de forma consistente como a variação lexical é tratada em materiais que efetivamente circulam no cotidiano escolar.

Dentre as obras que atendiam a esses critérios, foi selecionado o volume do 9º ano da coleção *Português: Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, publicada pela Editora Saraiva. Trata-se de uma coleção amplamente utilizada na rede pública de ensino e reconhecida por sua organização didática, pela diversidade de gêneros textuais trabalhados e pela proposta de articulação entre leitura, produção textual e análise linguística.

A escolha do 9º ano justifica-se por se tratar da etapa final do Ensino Fundamental, momento em que se espera maior consolidação das competências linguísticas e discursivas dos estudantes, conforme orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse nível de ensino, os alunos já tiveram contato prévio com diferentes práticas de linguagem e, portanto, encontram-se mais aptos a refletir sobre os usos da língua em contextos variados, incluindo questões relacionadas à variação linguística e à adequação comunicativa.

Além disso, os livros didáticos destinados ao 9º ano tendem, por ser o último ano do Ensino Fundamental, a apresentar abordagens mais

sistematizadas e reflexivas sobre a língua, contemplando discussões mais aprofundadas acerca da norma-padrão, dos usos sociais da linguagem e das diferentes variedades linguísticas. Tal característica favorece uma análise mais consistente da forma como a variação lexical é abordada, permitindo identificar tanto práticas que valorizam a diversidade linguística quanto possíveis indícios de atividades que explorem o (ou o *não* ao) preconceito linguístico.

Dessa maneira, a delimitação do *corpus* contribui para assegurar a coerência metodológica da pesquisa, ao mesmo tempo em que possibilita uma investigação situada, relevante e alinhada às práticas reais de ensino de Língua Portuguesa no contexto da educação básica brasileira.

3.2 DESCRIÇÃO DO *CORPUS*

A obra *Português: Linguagens* (Cereja; Magalhães, 2020) apresenta uma organização didática estruturada em unidades temáticas que articulam diferentes eixos do ensino de Língua Portuguesa, tais como leitura, produção textual, oralidade e análise linguística/semiótica, em consonância com as orientações curriculares contemporâneas.

Cada unidade é organizada de modo a integrar práticas de linguagem diversificadas, partindo, em geral, de textos-base que introduzem os temas a serem trabalhados. A partir desses textos, desenvolvem-se atividades de compreensão e interpretação, seguidas por propostas de reflexão sobre aspectos linguísticos e discursivos, bem como por atividades de produção textual. Essa estrutura evidencia uma proposta de ensino que busca articular o uso da língua às práticas sociais, contemplando diferentes gêneros discursivos e situações comunicativas.

No que se refere à organização interna, a obra apresenta seções e subseções que orientam o trabalho pedagógico, incluindo momentos voltados à leitura e interpretação de textos, ao estudo dos gêneros discursivos, à produção escrita e oral, e à análise linguística. Tais seções são acompanhadas por atividades que visam desenvolver competências relacionadas à compreensão, à argumentação, à construção de sentidos e à reflexão sobre o funcionamento da língua em uso.

Além disso, o livro didático contempla uma diversidade de textos verbais

e multimodais, como reportagens, crônicas, tirinhas, charges, entrevistas, poemas e textos publicitários, entre outros. Essa variedade de gêneros permite a inserção dos estudantes em diferentes esferas de circulação da linguagem, possibilitando o contato com múltiplas formas de expressão e com diferentes contextos sociais e culturais de uso da língua.

A organização didática do livro, aliada à diversidade de gêneros e recursos, configura um material que possibilita a observação de diferentes usos da linguagem, incluindo aqueles relacionados à variação linguística. Embora a descrição do *corpus* não tenha como objetivo realizar análises, é possível reconhecer que essa estrutura favorece a identificação de ocorrências de variação lexical em diferentes contextos, seja de forma explícita, por meio de explicações e atividades, seja de forma implícita, por meio dos textos selecionados.

Dessa forma, a caracterização do *corpus* permite compreender a organização e os elementos constitutivos do material analisado, constituindo base fundamental para as etapas subsequentes da pesquisa, especialmente no que diz respeito à coleta e à análise dos dados.

3.3. COLETA DOS DADOS

A coleta de dados consistiu na identificação, seleção e organização de seções, textos e atividades presentes no livro didático que evidenciassem a ocorrência de variação lexical, com ênfase nas variações de caráter regional e social. Esse processo foi realizado de forma sistemática, a partir de uma leitura integral do *corpus*, correspondente ao volume do 9º ano, com o objetivo de mapear ocorrências relevantes para os propósitos da investigação.

No que se refere à estrutura do material analisado, o volume da coleção encontra-se organizado em unidades temáticas que se desdobram em diferentes seções pedagógicas. De modo geral, a obra apresenta aproximadamente quatro unidades, cada uma subdividida em seções voltadas à leitura, interpretação, análise linguística e produção textual, além de subseções que orientam atividades específicas. Essa organização em unidades e seções favorece a distribuição dos conteúdos ao longo do material e possibilita a identificação de diferentes contextos em que a variação lexical

pode emergir, seja em atividades de análise da língua, seja nos textos selecionados para leitura. Tal estrutura contribuiu para a sistematização da coleta de dados, uma vez que permitiu mapear, de forma mais precisa, os espaços do livro em que ocorrências de variação lexical estavam presentes.

Inicialmente, procedeu-se a uma leitura exploratória de todo o material, visando reconhecer a estrutura da obra e identificar possíveis seções em que a variação lexical pudesse estar presente, seja de forma explícita, por meio de explicações conceituais, seja de forma implícita, por meio dos textos selecionados. Em seguida, realizou-se uma leitura analítica, na qual foram destacados e selecionados os excertos que apresentavam elementos relacionados especificamente à variação lexical.

Foram incluídas ocorrências em que o material didático apresentasse explicações, comentários ou orientações pedagógicas relacionadas à variação lexical, especialmente no que se refere às diferenças de uso vocabular entre regiões e grupos sociais, bem como às práticas que evidenciam a adequação linguística nos diferentes contextos de uso.

Além disso, foram considerados os textos e atividades presentes no livro didático que abordam a variação lexical, especialmente aqueles que apresentam diferenças vocabulares relacionadas a regiões, grupos sociais e contextos de uso. A seleção desse material permitiu identificar como o conteúdo é apresentado aos estudantes e quais concepções de língua e diversidade linguística são mobilizadas ao longo da obra.

Os dados selecionados foram organizados em categorias preliminares, de acordo com o tipo de ocorrência identificada, como: exemplos de variação lexical, abordagens conceituais sobre esse tipo de variação, propostas de atividades relacionadas ao tema e possíveis indícios de valorização ou estigmatização das variedades lexicais de caráter regional e social. Essa organização inicial teve como finalidade sistematizar o material coletado e facilitar as etapas posteriores de análise.

Dessa forma, os procedimentos de coleta de dados foram conduzidos de maneira criteriosa e orientada pelos objetivos da pesquisa, garantindo a seleção de um conjunto de informações relevantes e representativas para a investigação proposta, mantendo o foco analítico nas variações lexicais.

3.4 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

A análise dos dados foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa interpretativa, fundamentada nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Educacional, que compreendem a língua como prática social heterogênea e dinâmica. Tal perspectiva possibilita examinar não apenas a presença da variação lexical no material didático, mas, sobretudo, os sentidos atribuídos a essa variação e suas implicações pedagógicas relacionadas a práticas que reforçam ou não o preconceito linguístico.

Nesse sentido, a análise orientou-se por categorias analíticas construídas à luz do referencial teórico adotado, permitindo a sistematização e interpretação dos dados coletados. Entre os principais aspectos considerados, destacam-se: (i) o modo de apresentação da variação lexical, verificando se esta é tratada como fenômeno legítimo da língua ou como desvio da norma-padrão; (ii) a presença de abordagens de valorização ou estigmatização das variedades linguísticas sociais e regionais, identificando possíveis marcas de preconceito linguístico; (iii) a contextualização social da linguagem, analisando se os usos linguísticos são apresentados em relação aos contextos sociais, culturais e históricos dos falantes; e (iv) as orientações pedagógicas associadas às atividades, observando se promovem a reflexão crítica sobre os usos da língua ou se reforçam práticas normativas excludentes, evidenciando, com isso, o preconceito linguístico.

Os dados foram interpretados de maneira articulada, buscando identificar recorrências e possíveis tensões entre diferentes abordagens presentes no material. Tal procedimento permitiu evidenciar tanto práticas que contribuem para a valorização da diversidade linguística quanto aquelas que, de forma explícita ou implícita, podem reforçar o preconceito linguístico.

Dessa forma, os procedimentos de análise adotados possibilitaram uma leitura crítica do livro didático, alinhada aos objetivos da pesquisa, contribuindo para a compreensão do papel dos livros didáticos na formação dos estudantes e na construção de uma educação mais reflexiva e socialmente comprometida.

4. A VARIAÇÃO LEXICAL NOS LIVROS DIDÁTICOS: ANÁLISES

Este capítulo tem como objetivo analisar o tratamento dado à variação lexical no livro didático *Português: Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, volume do 9º ano do Ensino Fundamental.

A análise foi realizada com base nos procedimentos previamente definidos na metodologia: apresentação da variação lexical, valorização ou estigmatização das variedades linguísticas, contextualização social da linguagem e propostas pedagógicas. Nesse sentido, foram examinadas seções, textos e atividades que evidenciassem o uso de diferentes usos linguísticos, buscando identificar tanto práticas de valorização da diversidade quanto possíveis indícios de preconceito linguístico.

4.1 APRESENTAÇÃO DA VARIAÇÃO LEXICAL

A análise do livro didático evidencia que a variação lexical é apresentada de forma pontual, geralmente associada a conteúdos que abordam a variação linguística de maneira mais ampla. Em diversos momentos, o material reconhece a existência de diferentes formas de nomear um mesmo objeto ou conceito, destacando a influência de fatores regionais e sociais na constituição do léxico.

Como exemplo, observa-se a apresentação de termos distintos utilizados em diferentes regiões do país para designar um mesmo referente, como “mandioca”, “macaxeira” e “aipim”, ou ainda “pipoca” e “piruá”, evidenciando a diversidade lexical presente na língua portuguesa. Em atividades desse tipo, o livro busca demonstrar que a língua varia de acordo com o contexto sociocultural dos falantes.

Figura 1: Variação lexical em livro didático

LÍNGUA EM USO

Variação lexical

Como você estudou, a variação linguística ocorre também no léxico (conjunto de palavras de uma língua). As diferenças podem ser regionais, sociais, históricas, situacionais ou relacionadas a determinado grupo profissional, etário etc.

- Observe, no mapa, algumas das diferentes formas de nomear um mesmo alimento muito consumido no Brasil.

a) Que alimento é esse?
Mandioca.

b) Você conhecia todas essas variações lexicais? Qual delas é mais comum em sua região?
Resposta: pessoal.

Veja como os brasileiros se referem à mandioca em diferentes regiões.

Fonte: Atlas Linguístico do Brasil.

50
UNIDADE 2 | LÍNGUA, LÍNGUAS E LINGUAGEM

Fonte: Cereja e Magalhães (2020, p. 50)

Entretanto, observa-se que essa abordagem nem sempre é aprofundada, sendo, por vezes, tratada de forma introdutória, sem promover uma reflexão mais crítica sobre a diversidade linguística. Em algumas propostas, a variação lexical aparece como curiosidade ou como atividade complementar, sem uma articulação efetiva com o desenvolvimento de competências linguísticas mais amplas, como a análise dos contextos de uso e das implicações sociais dessas variações.

Figura 2: Atividade sobre variação linguística

ATIVIDADES

2. Leia as palavras destacadas no quadro.

pipoca / piruá – cuscuz / milho cozido – bolacha / biscoito
mingau / mucunzá – rapaz / guri – banheiro / sanitário

a) Essas palavras têm o mesmo significado? Por que elas são diferentes? ()

Têm o mesmo significado, mas são diferentes _____
porque as pessoas usam palavras diferentes em _____
regiões diferentes do país.

b) Escolha duas palavras do quadro e pesquise em que regiões do Brasil cada uma delas é mais utilizada. Registre sua pesquisa.

Palavras	Regiões onde são mais usadas
pipoca	Sul e Sudeste.
piruá	Nordeste.

c) Na sua opinião, por que é importante conhecer essas diferentes formas de falar?

Porque assim respeitamos a forma de falar das pessoas e entendemos melhor a diversidade do nosso país.

Fonte: Cereja e Magalhães (2020, p. 58)

Além disso, em determinados trechos, o material apresenta exemplos de variação em gêneros textuais como tirinhas e diálogos, nos quais aparecem expressões regionais ou marcas da oralidade. No entanto, essas ocorrências nem sempre são acompanhadas de questionamentos que levem o estudante a refletir sobre o valor social dessas variações ou sobre possíveis situações de preconceito linguístico.

Apesar dessas limitações, há tentativas de apresentar a variação como fenômeno natural da língua, o que representa um avanço em relação a abordagens tradicionais que associavam diretamente a diferença linguística ao erro. Ainda assim, percebe-se a necessidade de maior sistematização do conteúdo, de modo a fortalecer a compreensão da variação lexical como elemento constitutivo da língua e como prática social significativa.

4.2 VALORIZAÇÃO OU ESTIGMATIZAÇÃO DAS VARIEDADES LINGUÍSTICAS

No que se refere à valorização das variedades linguísticas, o livro

didático apresenta avanços ao reconhecer a diversidade da língua portuguesa e ao evitar, em grande parte, classificações explícitas que inferiorizem determinadas formas de expressão. Em alguns trechos, o material destaca que diferentes formas de falar estão relacionadas a fatores regionais, sociais e culturais, indicando que a língua varia conforme o contexto de uso.

Como exemplo, observam-se atividades em que são apresentados enunciados com marcas da oralidade ou expressões regionais, como o uso de “a gente vai” no lugar de “nós vamos” ou “os menino chegou” em vez de “os meninos chegaram”. Nesses casos, o livro tende a orientar o estudante a identificar a diferença entre as formas, associando-as a contextos de uso distintos, como a linguagem informal e a linguagem formal.

Figura 3: Variação linguística presente em livro didático.

5 Reescreva as frases abaixo, passando-as para a linguagem formal.

- a) “A gente vai ao cinema amanhã.” _____
- b) “Os menino chegou cedo na escola.” _____
- c) “Faz tempo que eu não te vejo.” _____
- d) “Tu vai à festa hoje?” _____
- e) “Pra mim fazer isso é muito fácil.” _____

68 UNIDADE 2 • A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

FIQUE LIGADO!
As diferenças entre a linguagem formal e informal estão relacionadas ao contexto, à situação e ao interlocutor. Adequar a linguagem é importante para uma comunicação eficaz.

Fonte: Cereja e Magalhães (2020, p. 68)

Entretanto, a análise revela que, em alguns contextos, ainda há predominância de uma perspectiva normativa, na qual a norma-padrão ocupa posição central. Isso pode ser observado em exercícios que solicitam a “correção” de frases consideradas inadequadas, sem que haja uma problematização sobre o contexto em que tais formas são utilizadas. Por exemplo, atividades que pedem a substituição de construções como “pra mim fazer” por “para eu fazer” acabam priorizando a adequação à norma padrão sem discutir os usos sociais dessas variantes.

Figura 4: Atividade de adequação à norma-padrão.

7 Reescreva as frases substituindo as expressões destacadas pela forma adequada à norma-padrão.

- a) Preciso de um dinheiro **pra** comprar o material. _____
- b) Falei com ela **pra** ver se ela podia me ajudar. _____
- c) Ele pediu **pra eu** ir até a padaria. _____
- d) Não deu tempo **de mim** terminar o trabalho. _____

72 UNIDADE 2 • A variação linguística

ATENÇÃO!
Na linguagem formal, empregamos formas como: para, a fim de, para que, a fim de que, entre outras. Em textos formais, evite reduções e coloquialismos.

Fonte: Cereja e Magalhães (2020, p. 72)

Além disso, em alguns momentos, o material apresenta textos com variação linguística, como diálogos ou tirinhas, mas não aprofunda a reflexão sobre os efeitos sociais dessas variações. A ausência de discussões mais consistentes sobre preconceito linguístico limita o potencial do livro para promover uma educação linguística crítica, uma vez que não problematiza situações em que determinadas formas de fala são discriminadas.

Ainda que não haja manifestações explícitas de estigmatização, a falta de questionamentos mais aprofundados pode contribuir para a manutenção de visões implícitas de superioridade da norma padrão em relação às demais variedades. Dessa forma, percebe-se que, embora o livro avance ao reconhecer a diversidade linguística, ainda é necessário ampliar as discussões sobre o valor social das diferentes formas de falar, de modo a combater o preconceito linguístico e promover uma abordagem mais inclusiva da língua.

4.3 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL DA LÍNGUA

A contextualização social da linguagem constitui um dos aspectos mais relevantes para a compreensão da variação lexical, uma vez que os usos linguísticos estão diretamente relacionados aos contextos sociais, culturais e históricos dos falantes. Nesse sentido, o livro didático apresenta alguns exemplos que buscam relacionar o uso da língua a diferentes contextos comunicativos, incluindo situações formais e informais.

Observa-se, por exemplo, a presença de textos como diálogos, tirinhas e pequenas narrativas, nos quais os personagens utilizam diferentes formas de expressão de acordo com a situação comunicativa. Em algumas atividades, são exploradas diferenças entre registros linguísticos, como o uso de expressões mais informais em conversas cotidianas, como “tá”, “pra”, “a gente vai”, em contraste com formas mais formais, como “está”, “para” e “nós iremos”, evidenciando a adequação da linguagem ao contexto.

Figura 5: Adequação da linguagem ao contexto.

Variação linguística: adequação da linguagem ao contexto

As pessoas costumam adaptar a maneira de falar de acordo com a situação e com o interlocutor.

1 Leia a tirinha abaixo.



- Na conversa do primeiro quadrinho, os personagens usam uma linguagem mais informal. No terceiro quadrinho, utilizam uma linguagem mais formal.

2 Reescreva as falas dos personagens do primeiro quadrinho, empregando uma linguagem mais formal.

Linguagem informal	Linguagem formal
E aí, João, beleza?	
Beleza! Vamos jogar bola mais tarde?	

Fonte: Cereja e Magalhães (2020, p. 71)

Além disso, o material também apresenta exemplos que evidenciam a influência de fatores regionais e sociais na escolha lexical, como variações no vocabulário utilizadas em diferentes regiões do país. Em alguns casos, o livro propõe atividades em que os estudantes devem identificar essas variações ou relacioná-las a determinados contextos de uso, o que contribui para a compreensão da língua como prática social.

Figura 6: Variações regionais no léxico

1 Leia, no mapa, algumas palavras usadas em diferentes regiões do Brasil para designar o mesmo objeto ou ação.



2 Agora, copie no caderno o quadro a seguir e complete-o, relacionando cada palavra das colunas das acordo com o sentido.

Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Sentido da palavra
macaxeira	aipim	mandioca	mandioca	mandioca	planta cujas raízes são comestíveis
ônibus	ônibus	ônibus	ônibus	coletivo	
água	chuva	garia	chuva	chuva	
menino	rapaz	guri	garoto	guri	

Fonte: Cereja e Magalhães (2020, p. 68)

Entretanto, percebe-se que essa contextualização nem sempre é explorada de forma aprofundada. Em diversas situações, o livro limita-se à identificação das diferenças linguísticas, sem promover uma reflexão crítica sobre os fatores sociais que influenciam essas variações, como questões de identidade, pertencimento ou desigualdade social. Por exemplo, em atividades com tirinhas ou diálogos, as marcas de oralidade são apresentadas, mas nem sempre são acompanhadas de discussões sobre seus significados sociais ou sobre possíveis situações de preconceito linguístico.

A ausência de um aprofundamento teórico e reflexivo sobre a contextualização social da linguagem reduz o potencial do material didático para promover uma educação linguística crítica. Embora haja indícios de uma abordagem que reconhece a diversidade linguística, ainda é necessário ampliar as discussões para que os estudantes compreendam não apenas as diferenças nos usos da língua, mas também os valores sociais atribuídos a essas variações.

Dessa forma, o livro didático apresenta avanços ao inserir a linguagem em diferentes contextos de uso, mas ainda carece de uma abordagem mais consistente e crítica que evidencie a relação entre linguagem e sociedade, contribuindo de forma mais efetiva para a formação de sujeitos conscientes e críticos em relação à diversidade linguística.

4.4 PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

No que diz respeito às propostas pedagógicas, o livro didático apresenta atividades que, em certa medida, incentivam a observação da diversidade linguística. No entanto, a maior parte dessas atividades ainda se orienta por uma lógica normativa, priorizando a adequação à norma padrão.

As atividades que abordam a variação lexical, em geral, concentram-se na identificação de diferenças linguísticas, sem avançar para discussões mais críticas sobre preconceito linguístico ou valorização das variedades. Dessa forma, o potencial pedagógico do material para promover uma educação linguística inclusiva é parcialmente explorado.

Observa-se, por exemplo, a presença de exercícios que solicitam a reescrita de frases consideradas “inadequadas” para a norma padrão, como a transformação de estruturas do tipo “a gente fomos” para “nós fomos” ou “pra

mim fazer” para “para eu fazer”. Esse tipo de atividade evidencia uma preocupação com a correção gramatical, mas, em muitos casos, não problematiza o contexto de uso dessas formas, o que pode reforçar uma visão limitada da diversidade linguística.

Figura 7: Atividade de adequação à norma-padrão

 **Na prática** *Correção*

Reescreva no caderno a fala do aluno, adaptando a gíria a norma-padrão.



Sugestão de reescrita:

Olá professora, eu e os meus amigos não estamos achando muito legal as mudanças da nova ortografia da língua portuguesa.

Fonte: Cereja e Magalhães (2020)

Além disso, há atividades que propõem a identificação de variações lexicais em textos, como tirinhas, diálogos ou pequenos textos narrativos, em que aparecem expressões da oralidade ou marcas regionais. Nessas situações, o estudante é orientado a reconhecer as diferenças linguísticas, como o uso de “tá”, “cê”, “pra” ou vocábulos regionais, porém, nem sempre é incentivado a refletir sobre os fatores sociais e culturais que influenciam esses usos.

Figura 8: Atividade sobre oralidade e variação linguística



Fonte: Cereja e Magalhães (2020)

Por outro lado, observa-se a presença de algumas propostas que incentivam a reflexão sobre o uso da língua em diferentes contextos, o que pode contribuir para o desenvolvimento de uma postura mais crítica por parte dos estudantes. Ainda assim, essas iniciativas poderiam ser ampliadas e aprofundadas.

4.5 SÍNTESE ANALÍTICA

A análise do livro didático evidencia que, embora haja avanços na abordagem da variação lexical, ainda persistem limitações no que diz respeito à promoção de uma educação linguística crítica e inclusiva.

O material reconhece a diversidade linguística e apresenta exemplos de variação, porém, nem sempre aprofunda essa discussão ou problematiza o preconceito linguístico de forma consistente. A predominância de uma perspectiva normativa e a ausência de reflexões mais críticas indica a necessidade de aprimoramento das abordagens adotadas.

Dessa forma, conclui-se que o livro didático analisado apresenta contribuições relevantes para o ensino da língua portuguesa, mas ainda carece de maior aprofundamento teórico e pedagógico no tratamento da variação lexical, especialmente no que se refere à valorização das diferentes variedades linguísticas e ao enfrentamento do preconceito linguístico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o tratamento dado à variação lexical em livros didáticos de Língua Portuguesa, com foco na identificação de possíveis indícios de preconceito linguístico e na verificação de práticas que valorizem a diversidade linguística. Para tanto, foi analisado o volume do 9º ano da coleção *Português: Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, publicada pela Editora Saraiva, a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza documental.

Os resultados da análise evidenciam que o livro didático apresenta avanços no reconhecimento da variação linguística como fenômeno inerente à língua, incluindo exemplos de variação lexical em diferentes contextos sociais e culturais. No entanto, tais abordagens ainda se mostram, em muitos casos, superficiais e pouco sistematizadas, o que limita o desenvolvimento de uma compreensão mais crítica por parte dos estudantes.

Observou-se que, embora não haja manifestações explícitas de preconceito linguístico, a predominância de uma perspectiva normativa e a ausência de problematizações mais aprofundadas pode contribuir para a manutenção de visões hierarquizadas da língua. Nesse sentido, a valorização das variedades linguísticas ocorre de forma incipiente, sendo necessária, a nosso ver, uma abordagem mais consistente que promova o respeito à diversidade e o reconhecimento das múltiplas formas de expressão.

Além disso, verificou-se que as propostas pedagógicas presentes no material analisado priorizam, em grande medida, a adequação à norma padrão, em detrimento de práticas que estimulem a reflexão crítica sobre os usos sociais da língua. Tal aspecto reforça a necessidade de ampliação das estratégias didáticas que abordem a variação lexical de maneira contextualizada e significativa.

Diante disso, compreende-se que, embora o livro didático analisado contribua para o ensino da língua portuguesa, ainda há lacunas no que se refere ao tratamento da variação lexical e ao enfrentamento do preconceito linguístico. Torna-se, portanto, fundamental que os materiais didáticos avancem no sentido de promover uma educação linguística mais inclusiva, crítica e alinhada aos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e

Sociolinguística Educacional.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento das discussões sobre educação linguística crítica, incentivando práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento da diversidade linguística e com o combate às diferentes formas de preconceito linguístico presentes no contexto escolar. Nesse sentido, compreender a língua como prática social heterogênea representa um passo fundamental para a construção de um ensino de Língua Portuguesa mais democrático, inclusivo e socialmente comprometido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 56. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens – 9º ano**. São Paulo: Saraiva, 2020.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 41, p. 87-100, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- GARLAND, D. **The culture of control: crime and social order in contemporary society**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LYON, D. **The culture of surveillance: watching as a way of life**. Cambridge: Polity Press, 2018.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MOLLIKA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2012.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1985.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.